



Análise sobre as relações comerciais Brasil x Suriname

Junho de 2016

SECOM Paramaribo

Análise sobre as relações comerciais Brasil x Suriname

Agosto de 2016

SECOM Paramaribo

República do Suriname



Bandeira



Brasão de armas

Dados sobre comércio exterior Brasil-Suriname (atualizado em agosto/2016)

PIB

Dados sobre comércio exterior Brasil-Suriname (atualizado em agosto/2016)

PIB do Suriname

Segundo projeções do governo surinamês e de agências internacionais, houve crescimento nulo do Produto Interno Bruto do Suriname em 2015. Em 2014, o PIB teve crescimento real de 1,8%, alcançando US\$ 5,21 bi. Em 2013, o crescimento econômico foi de 2,8%.

Para 2016, projeta-se retração do PIB da ordem de 2%, com recuperação da economia apenas em 2017, quando é estimado crescimento de 2,5% do PIB, de acordo com o Banco Mundial. A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que haverá recuo de 4% em 2016 da renda nacional do Suriname.

Dados gerais de comércio exterior*

Em 2015, o Suriname exportou US\$ 1,37 bilhão e importou US\$ 1,44 bilhão. Isso representa queda em relação a anos anteriores, já que, em 2014, o país exportou US\$ 1,92 bilhão e importou US\$ 1,82 bilhão e, em 2013, exportou US\$ 2,20 bilhões e importou US\$ 2,3 bilhões.

As importações do Suriname em 2015 representaram 0,01% das importações mundiais, colocando o país na posição 168 no ranking de países importadores. Com relação às exportações, o país ocupa a posição 141, com participação de 0,01% das exportações totais mundiais.

Em 2015, os principais produtos exportados pelo Suriname foram: ouro (38%); produtos químicos inorgânicos (alumina, principalmente), composto de metais preciosos, isótopos (16,8%); commodities gerais (14,1%); combustíveis minerais, óleos, produtos de destilação, etc. (8,3%); madeira e artigos de madeira (6,2%); peixes e crustáceos (6,1%); frutas frescas e nozes (3,7%).

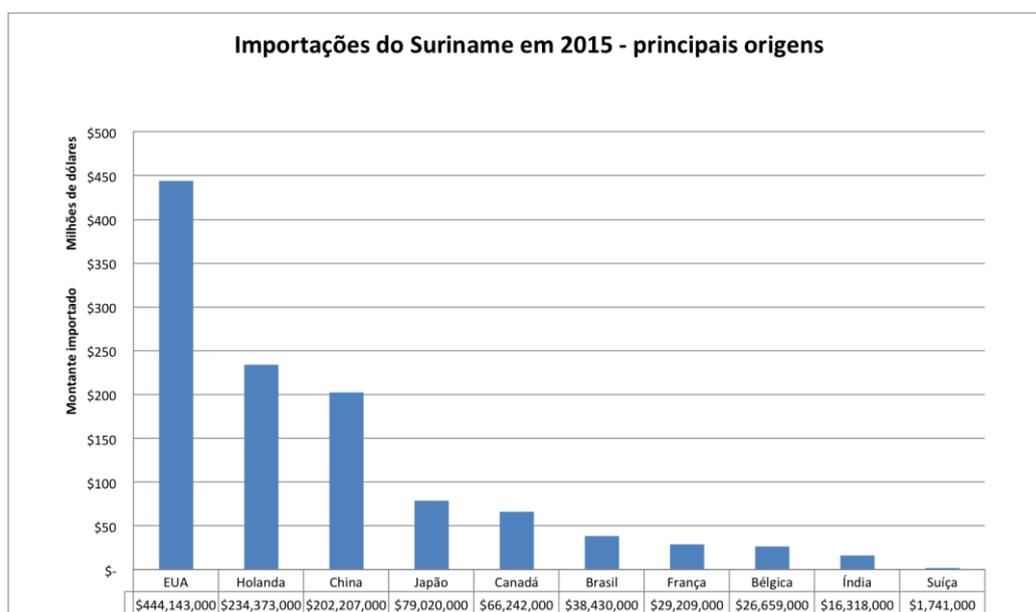
Em 2015, os principais produtos importados pelo Suriname foram: máquinas, reatores nucleares, caldeiras (17,7%); veículos automotores (12,15%); equipamento elétrico e eletrônico (8,6%); artigos de ferro ou aço (6%); plástico e derivados (4,6%).

* Fonte: International Trade Centre (ITC).

Comércio Suriname – Mundo*

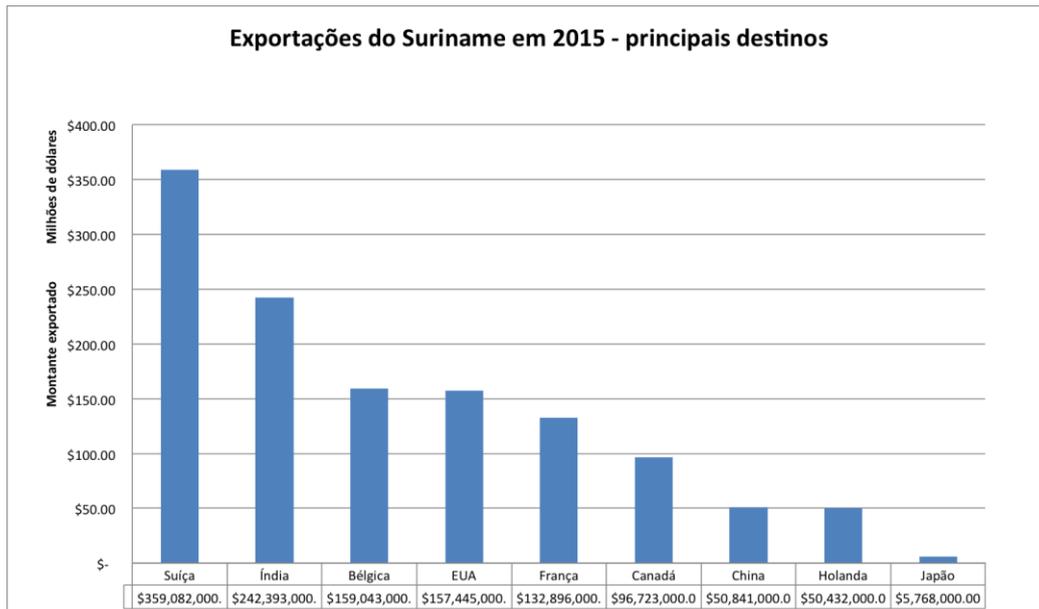
Considerando o fluxo de comércio (soma do valor das exportações e importações) de 2015, os maiores parceiros comerciais do Suriname são: EUA (fluxo total de US\$ 601,6 milhões), Suíça (fluxo total de US\$ 360,8 milhões), Holanda (fluxo total de US\$ 284,8 milhões), Índia (fluxo total de US\$ 258,7 milhões), China (fluxo total de US\$ 253,0 milhões).

Em 2015, as principais origens das importações do Suriname foram: EUA (30,9% do valor total importado pelo Suriname), Holanda (16,3%), China (14,1%), Japão (5,5%), Canadá (4,6%), Brasil (2,7%). Em 2014, a sequência foi: EUA (27,5%), Holanda (14,4%), Trinidad e Tobago (10,6%), China (6,7%), Santa Lúcia (6,19%), Japão (3,1%), Brasil (2,1%).



Em 2015, os principais destinos das exportações do Suriname foram: Suíça (26,3% do valor total exportado pelo Suriname), Índia (17,7%), Bélgica (11,6%), EUA (11,5%), França (9,7%),

Canadá (7,1%), China (3,7%), Holanda (3,7%). Em 2014, foram: EUA, (24,3%), Emirados Árabes (22%), Suíça (13,6%), Bélgica (8,5%), Guiana (7,3%).



* Fonte: International Trade Centre (ITC).

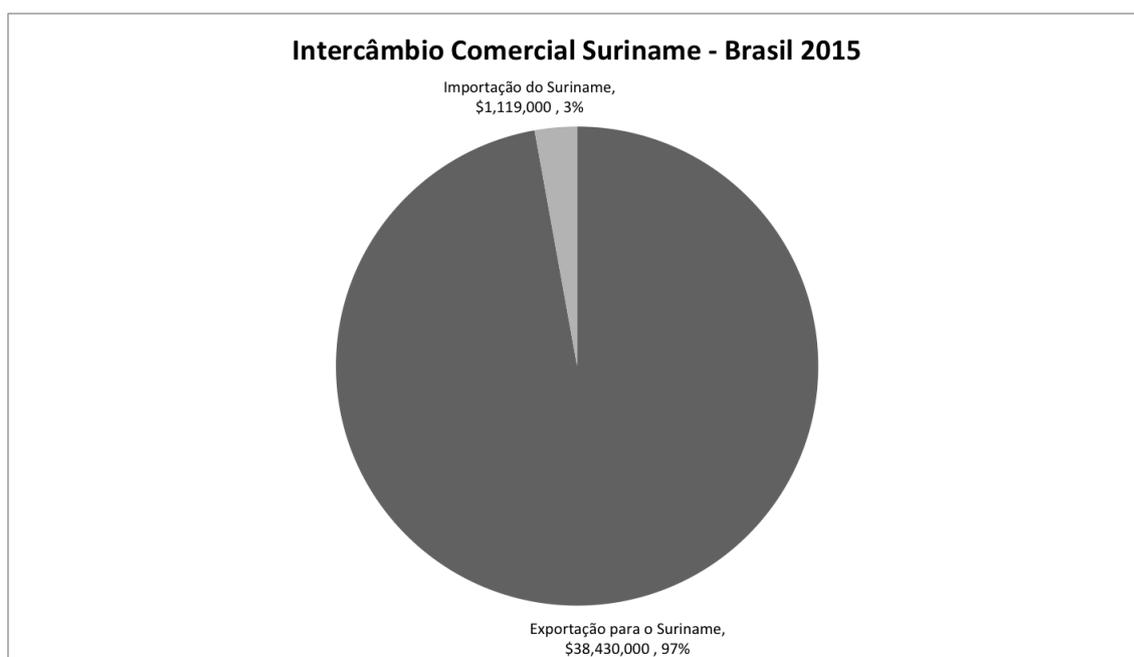
Comércio bilateral Brasil-Suriname

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pelo segundo ano consecutivo, houve redução do fluxo bilateral de comércio. Em 2015, a corrente de comércio bilateral (exportações e importações) totalizou US\$ 39,55 milhões, contra US\$ 47,09 milhões em 2014 - queda de 16%. Em 2013, a corrente foi de US\$ 62,99 milhões.

Em 2015, as exportações brasileiras (FOB) para o Suriname totalizaram US\$ 38,43 milhões, o que significou diminuição de 16,48% em relação a 2014, quando o valor exportado foi de US\$ 46,01 milhões.

Os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para o Suriname em 2015 foram: carne de frango congelado (US\$3,53 milhões, 9,18% das exportações); pedaços e miúdos de frango (US\$ 2,9 milhões, equivalentes a 7,79% das exportações); embutidos de carne (US\$ 1,95 milhão, 5,08% das exportações); ladrilhos de cerâmica, vitrificados, esmaltados (US\$ 1,91 milhão, 4,97% das exportações); óleo de soja refinado (US\$ 1,87 milhão, 4,86% das exportações); calçados de borracha e plástico (US\$ 1,28 milhão, 3,34% das exportações); café solúvel (US\$ 1,26 milhão, 3,29% das exportações); açúcares de cana ou de beterraba e sacarose (US\$1,04 milhão, 2,71% das exportações).

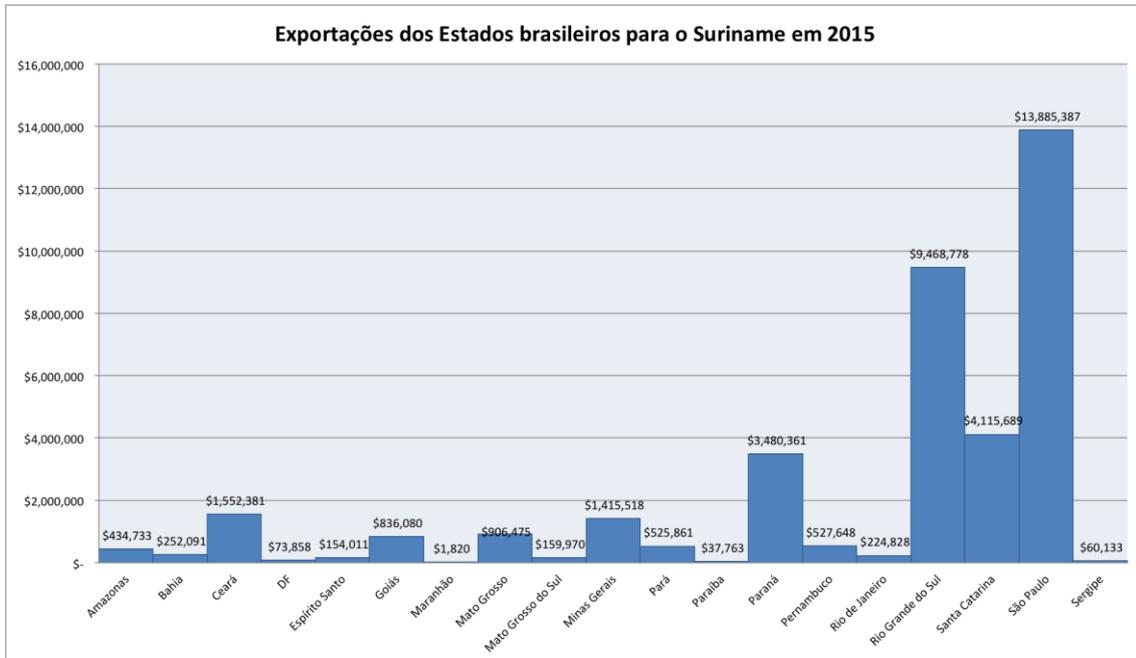
No mesmo ano de 2015, o Brasil importou do Suriname a soma de US\$ 1,12 milhão em produtos, o que representou ligeiro aumento, de cerca de 4,09%, em comparação ao total importado em 2014 - US\$ 1,08 milhão. Em 2013, o volume importado atingiu US\$ 2,41 milhões. Esse volume de importações ainda é pequeno, se comparado com o período de 2006 a 2009, quando o Brasil importou, em média, quase US\$ 20 milhões do Suriname.



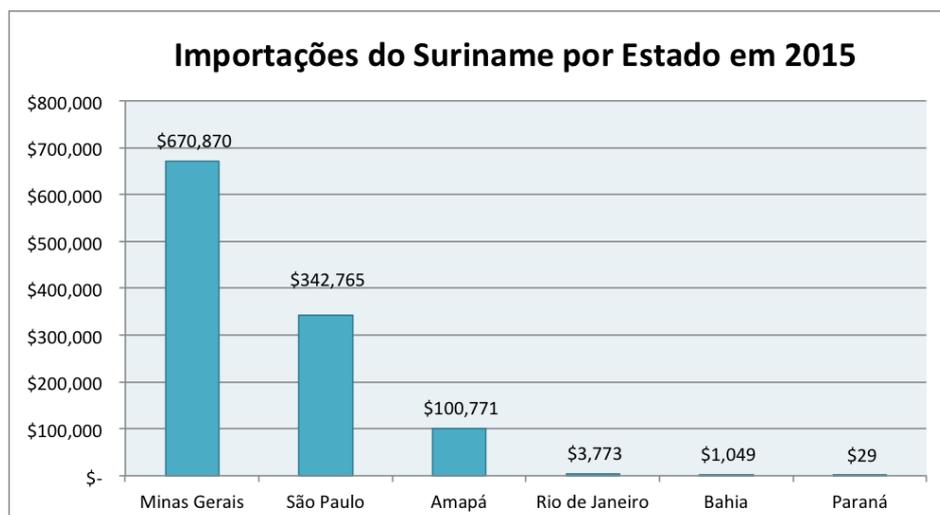
Segundo o MDIC, a alumina calcinada continua liderando a lista dos produtos mais importados, totalizando US\$ 943 mil ou 84,25% das importações. Em seguida, vem a farinha de trigo - cerca de US\$ 101 mil ou 9% do total importado. Em terceiro lugar, consta o tubarão azul em pedaços congelado - US\$56 mil, aproximadamente 5% das importações.

Comércio dos Estados brasileiros com o Suriname

Segundo o MDIC, em 2015, os Estados brasileiros que mais exportaram para o Suriname foram: São Paulo (US\$ 13,89 milhões ou 36% das exportações do Brasil para o Suriname), Rio Grande do Sul (US\$ 9,47 milhões ou 25% das exportações), Santa Catarina (US\$ 4,12 milhões ou 10,8% das exportações), Paraná (US\$ 3,49 milhões ou 9% das exportações), Ceará (US\$ 1,55 milhão ou 4% das exportações), Minas Gerais (US\$ 1,42 milhão ou 3,7% das exportações).



Em 2015, os Estados brasileiros que mais importaram do Suriname foram: Minas Gerais (US\$ 670 mil ou 60% das importações do Suriname para o Brasil), São Paulo (US\$ 343 mil ou 30%) e Amapá (US\$ 101 mil ou 9%).



No período de 2013 a 2015, observa-se retração nas exportações dos Estados que mais exportam para o Suriname, sobretudo São Paulo (retração de 40% no período) e Rio Grande do Sul (retração de 37% no mesmo período).

Com relação às importações, vale observar que poucos Estados importam do Suriname - em 2015, apenas 6 Estados importaram do Suriname. Em 2014, apenas Amapá, Minas e São Paulo importaram produtos do Suriname. E, em 2013, apenas Maranhão, Minas e São Paulo.

Comércio dos Estados brasileiros com o Suriname – produtos

Em 2015, os Estados que mais exportaram para o Suriname a soma do montante dos dois principais produtos da pauta de exportações - carne de frango congelado e pedaços e miúdos de frango - foram, na sequência, Rio Grande do Sul (total de US\$ 2,23 milhões), Paraná (total de US\$ 2 milhões), Santa Catarina (US\$ 1,15 milhão) e Minas Gerais (US\$ 758 mil).

Praticamente todos os embutidos de carne (US\$ 1,76 milhão), terceiro produto da pauta, foram exportados pelo Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo exportou basicamente dois produtos: praticamente todo o montante de ladrilhos de cerâmica, vitrificados, esmaltados (US\$ 1,57 milhão) e café solúvel (US\$ 835 mil).

Calçados de borracha e plástico foram exportados principalmente por Rio Grande do Sul (US\$ 698 mil) e Ceará (US\$ 480 mil). Cerca de 60% do montante de açúcares de cana ou de beterraba e sacarose foram exportados pelo Estado de São Paulo, totalizando US\$ 607 mil.

Com relação às importações de produtos do Suriname, destaca-se o fato de que, em 2015, todo o montante do segundo produto da pauta - farinha de trigo (cerca de US\$ 101 mil ou 9% do total importado) - foi importado pelo Estado do Amapá. Enquanto todas as importações de tubarão azul em pedaços congelados (US\$ 56 mil, aproximadamente 5% das importações) foram feitas pelo Estado de São Paulo.

Investimentos brasileiros no Suriname

O panorama é também desfavorável quando se leva em conta o tema dos investimentos. A despeito do papel preponderante do investimento estrangeiro na economia do Suriname, e da presença de companhias de diversos países em setores como ouro, petróleo, agricultura, serviços de distribuição e outros, não existe, no momento, investimento brasileiro, direto ou indireto, na economia surinamesa.

As iniciativas tomadas até o presente têm sido insuficientes para reverter tais tendências. O Governo brasileiro tem realizado estudos e levantamentos sobre as possibilidades de aumento de comércio bilateral e de investimentos no Suriname, e missões comerciais foram

organizadas em anos recentes com o objetivo de promover o conhecimento recíproco e conscientizar os setores privados sobre oportunidades.

Tem sido dado destaque, nesse contexto, ao fomento de iniciativas que envolvam os estados da região norte do Brasil, que, por sua proximidade com o Suriname, teriam vantagens comparativas para o intercâmbio comercial e de investimentos.

As empresas brasileiras, entretanto, têm demonstrado limitado interesse em exportar para um mercado de reduzida escala, já que o Suriname tem apenas 560 mil habitantes, dos quais somente cerca de metade em regiões urbanas. Aos investidores brasileiros, por seu turno, preocupam, além do problema da escala, a estabilidade e o ambiente de negócios do país. Tanto exportadores como investidores ressentem-se, além disso, da carência de opções para financiamento.

Outros

Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para o Comércio de Arroz entre Brasil e Suriname (Decreto nº 5.565/2005). Segundo o acordo, as importações de arroz pelo Brasil, provenientes do Suriname, dentro da quota anual de 10 mil toneladas, estão livres de gravames aplicados à importação, bem como dos direitos aduaneiros e quaisquer outros encargos de efeitos equivalentes, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de outra natureza, que incidem sobre as importações. Em 2013, o Suriname exportou 3200 toneladas de arroz, equivalentes a US\$ 1,82 milhão para o Brasil, fazendo uso da quota. Em 2014, não houve exportação do arroz surinamês para o Brasil. Até o momento, não há confirmação de que a cota tenha sido usada em 2015.